

O SILÊNCIO DA METAFÍSICA EM MORITZ SCHLICK E EM RUDOLF CARNAP*

THE SILENCE OF METAPHYSICS in MORITZ SHLICK and RUDOLF CARNAP

Bruno Luciano de Paiva Silva**

Resumo

O artigo tem como tema a crítica que Schlick e Carnap dirigem a Metafísica. Assim, o artigo se divide em dois momentos: (a) no primeiro, apresentamos a crítica schlickiana à Metafísica a partir do Princípio da Verificação; (b) e, no segundo momento, veremos a crítica carnapiana da Metafísica como um pseudoproblema da filosofia.

Palavras-chave: Metafísica; Verificação; Confirmabilidade.

Abstract

The article focuses on the critique that Schlick and Carnap addressed to the Metaphysics. Thus, the article is divided in two stages: (a) in the first one, we present the schlickiana criticism to the Metaphysics as from the Principle of Verification, (b) and Secondly, we see the Carnap's critique of Metaphysics as a pseudo-problem of philosophy.

Keywords: Metaphysics; Verification, Confirming.

1. INTRODUÇÃO

Foi publicado, em 1929, o manifesto programático do Círculo de Viena sob o título de "A Concepção Científica do Mundo". Esse manifesto apresentava as linhas essenciais do programa neopositivista em que, entre outras coisas, estava a eliminação da

* Artigo enviado em 17/10/2011, aprovado para publicação em 07/05/2012.

** Professor de Filosofia e de Sociologia do Centro Universitário Newton Paiva. Mestre em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Contato: blphilos@oi.com.br

Metafísica. Por isso, o escopo do presente artigo consiste em apresentar as críticas que M. Schlick e R. Carnap dirigem ao discurso metafísico.

Desse modo, o artigo está dividido em duas partes: (a) na primeira, apresentaremos a crítica de Schlick ao discurso metafísico a partir do princípio de verificação; (b) em seguida, apresentaremos a crítica de Carnap à Metafísica como um pseudoproblema da Filosofia.

2. SCHLICK E CARNAP: CRÍTICAS AO DISCURSO METAFÍSICO

2.1 O Princípio de Verificação em Moritz Schlick: uma crítica à Metafísica

O que o empirista diz ao metafísico não é: "As tuas palavras afirmam uma coisa falsa", mas: "As tuas palavras não afirmam nada". Não o contradiz, mas afirma: "Não compreendo o que queres dizer". (M. Schlick)

No texto *Positivismo e Realismo*, Schlick corrobora para uma solução objetiva da controvérsia que reina atualmente em torno de determinados princípios que são considerados positivistas. E o primeiro princípio positivista que Schlick irá explanar é o de "dado", com a única meta de fazer desaparecer os equívocos e controvérsias através do exame acerca do sentido e da verdade do conceito.

O "dado" para o positivista, segundo Schlick, é apenas uma palavra para designar as coisas mais simples que existem. Entretanto, essa definição não permite ainda dizer o que é propriamente o "dado". Assim, Schlick mostra que não são obscuridades desse gênero que dão ensejo às atuais controvérsias, mas o verdadeiro ponto de discórdia é o problema da realidade. Será este o objetivo seguinte de Schlick: explanar com a máxima clareza possível sobre o sentido desse problema.

No início da segunda parte do texto, *Os sentidos dos enunciados ou afirmações*, Schlick apresenta o papel da Filosofia que "reside em procurar o sentido de afirmações e perguntas" (SCHLICK, 1973, p. 49). Será esse o desafio de Schlick ao se colocar ante a tarefa de examinar se tem algum sentido a questão da realidade do "mundo externo". Mas antes devemos mostrar quando que um enunciado tem sentido. Uma proposição ou enunciado só terá sentido quando for possível ser verificado no "dado" e é por isso que o sentido de todos os enunciados só pode ser formulado e compreendido com auxílio do dado. Schlick, sobre esse assunto, diz ainda: "A indicação das circunstâncias ou condições sob os quais uma proposição é verdadeira, é o mesmo que a indicação do seu sentido, nem mais nem menos". (SCHLICK, 1973, p. 50). Essa segunda parte serve, para Schlick, para duas coisas. A primeira é para fornecer

elementos para respondermos ao problema da realidade do mundo externo. E a segunda é para criticar o discurso metafísico, como fica claro nessa passagem:

Quem pensar em um sentido não constatável deve reconhecer que neste ponto só lhes resta uma atitude: calar-se totalmente. Seria inútil para ele e para nós de se continuasse a testar: `existe, sim, um sentido não constatável. Pois, esta proporção carece de sentido, nada exprime. (SCHLICK, 1973, p. 58).

A terceira parte, intitulada: Que significa "realidade"? Que significa "mundo externo?", começa discutindo sobre o conceito de realidade e sobre o conceito de mundo externo. Realidade, segundo Schlick, significa estar sempre em uma determinada conexão com o dado. Com isso os propósitos que afirmam que a verdadeira realidade é o ser transcendente são carentes de sentido, não apresentam qualquer possibilidade de verificação empírica. Resolvido o problema da significação da palavra realidade voltemos, agora, para a questão do significado do termo "mundo externo". A expressão "mundo externo", segundo Schlick é empregada de duas maneiras distintas: a primeira no linguajar da vida cotidiana e o segundo como termo técnico de Filosofia. O termo "mundo externo" na acepção da vida diária não significa outra coisa senão o mundo das montanhas e das árvores, das casas, dos animais e dos homens, isto é, não significa mais do que o mundo fenomênico. Já na acepção da ciência o termo "mundo externo" significa coisa, ou seja, mundo fenomênico.

Para encontrar um equacionamento da controvérsia a cerca do "Realismo" é de suma importância chamar a atenção do físico para o fato de que o seu mundo externo não é coisa senão a natureza que nos rodeia na vida de cada dia, e não o "mundo transcendente" dos metafísicos (SCHLICK, 1973, p. 64).

Os conceitos de realidade e de mundo externo, que negam qualquer transcendência do real, mostram claramente a postura antimetafísica de Moritz Schlick. Essa postura fica ainda mais clara quando ele pergunta em que distingue o mundo transcendente do mundo externo (empírico). E responde que não faz diferença alguma admitir ou não a existência de algo a mais atrás do mundo empírico e que, conseqüentemente, o realismo metafísico na realidade não é constatável, não é verificável. Assim a proposição que afirma a existência de um mundo transcendente carece de sentido.

"Falar de um outro mundo é logicamente impossível. Não pode haver discussão sobre outro mundo, pois uma existência não

verificável não pode entrar como sentido em nenhuma proposição possível” (SCHLICK, 1973, p. 68).

No texto “Sentido e Verificação”, Schlick expõe a tese de que para uma proposição ter sentido é necessário que seja verificado empiricamente. Diz também que enunciar o sentido de uma frase equivale a estabelecer as normas segundo as quais a frase deve ser empregada, o que significa enunciar pela qual se pode constatar a sua verdade ou falsidade. O significado de uma proposição constitui a sua verificação. Portanto, Schlick apresenta a sua tese que, segundo ele, tem sido designada com a expressão “*teoria experimental do sentido*” (teoria hermenêutica experimental). Esta tese apresenta-se como uma crítica violenta à Metafísica, despojando-a de sua capacidade epistemológica, isto é, de sua capacidade de produzir conhecimento.

Na segunda parte, Schlick apresenta a crítica do professor Lewis a sua teoria. Nesta parte, analisará dois dos principais argumentos do professor Lewis, mostrando que não acredita que tais argumentos possam derrubar a sua posição.

Segundo o professor Lewis, em seu primeiro argumento, o método “*exigência do sentido*” exige que todo e qualquer conceito avançado ou qualquer proposição afirmada tenha uma denotação definida, que sejam inteligíveis não só verbalmente e logicamente, mas também no sentido de que se possam especificar aqueles itens empíricos que determinam a aplicabilidade do conceito ou constituir a verificação da proposição. Schlick analisa o argumento do professor Lewis e diz que ao exigirmos que uma proposição seja verificável, não estamos acrescentando uma nova exigência, mas formulamos simplesmente as condições que na realidade sempre foram consideradas necessárias para averiguar o sentido e a inteligibilidade.

Com isso, Schlick expõe o conceito de verificação, significando a possibilidade de verificação, e, em seguida, distingue entre duas das muitas maneiras de empregar o termo “*possibilidade*”: possibilidade empírica e possibilidade lógica. Schlick define “*empiricamente possível*” da seguinte forma: “propondo que se qualifique “empiricamente possível” tudo aquilo que não contradiz as leis da natureza. Acredito que seja o sentido mais amplo em que possamos falar de possibilidade empírica” (SCHLICK, 1973, p. 96). Já “*logicamente possível*”, diz Schlick: “denomino “logicamente possível” um fato ou processo se este puder ser descrito, ou seja, se a sentença que o descreve obedece às normas da gramática que estipulamos para a nossa língua” (Schlick, 1973, p. 98). Um exemplo que nos ajuda a entender este conceito é dado pelo próprio Schlick: o enunciado “A dama usava um vestido vermelho-escuro que era verde-claro” não descreve fatos reais, ou seja, é destituído de sentido, uma vez que apresenta impossibilidade lógica.

Schlick apresenta um exemplo para ilustrar as consequências de sua atitude no que se refere a certos pontos da filosofia tradicional. Ele começa apresentando o conceito de imortalidade que não significa vida sem fim, mas a questão a discutir aqui é a da sobrevivência após a morte e termina concluindo que a imortalidade, no sentido definido, não deve ser considerada como "*problema metafísico*", senão que constitui uma hipótese empírica pelo fato de ser logicamente verificável. Este exemplo ilustra com clareza a tese que Schlick defende em seus textos — *Positivismo e Realismo e Sentido e Verificação* — de que para uma proposição ter sentido é necessário que seja possível verificar empiricamente, isto é, sempre com auxílio do "*dado*".

2.2 A Metafísica como pseudoproblema na Filosofia em Rudolf Carnap

Um (pseudo) enunciado que não pode ser em princípio estabelecido por uma experiência, e que, portanto, não tem nenhum conteúdo fatural, não expressaria nenhum estado de coisas concebível e, portanto não seria um enunciado, mas somente um aglomerado de sinais ou ruídos carentes de significado. (Rudolf Carnap)

O filósofo Rudolf Carnap dará continuidade ao objetivo, iniciado por Hume e Comte e radicalizado por Schlick no Círculo de Viena, de despojar a Metafísica de sua capacidade epistemológica. Assim, a nossa tarefa é de localizar a crítica de Carnap dirigida à Metafísica nos textos *Pseudoproblema na Filosofia* e *Testabilidade e Significado*. Desse modo, começaremos apresentando a tese fundamental de Carnap para, em seguida, mostrar como que ele supera o discurso metafísico através dessa tese. Terminaremos mostrando o momento em que Carnap se afasta do Círculo de Viena ao substituir o princípio da verificabilidade pelo princípio mais flexível da confirmabilidade.

Carnap apresenta, no texto *Pseudoproblemas na Filosofia*, sua tese fundamental de que somente os enunciados que possuem conteúdo fatural são teoricamente significativos. Já os enunciados que não estão fundamentados pela experiência são carentes de significado. Os enunciados metafísicos, como veremos mais a frente, são, para ele, carentes de sentido por não terem conteúdo fatural. Portanto, o conteúdo fatural, para Carnap, passa a ser o critério para o significado dos enunciados. Mais adiante, Carnap explica que um enunciado que tem significado já traz um conceito reconhecido. Entretanto, um enunciado que contém conceitos deve indicar seu significado, ou seja, devem indicar quais as condições experimentais que se devem considerar válidas para que o enunciado possa ser chamado de verdadeiro ou falso. Carnap cita um exemplo mostrando que em indicação — das condições experimentais que deve

considerar válidas um enunciado — é suficiente e não é preciso indicar o significado do conceito.

Pode-se introduzir o conceito '*Júpiter*' pela seguinte estipulação: o enunciado '*Júpiter estava no lugar / e no tempo t*' deve ser chamado verdadeiro se no lugar / e no tempo t se pode experimentar um trovão: de outro modo deve-se chamá-lo de falso. Por esta convenção atribuiu-se um significado ao enunciado, muito embora não se tenha dito nada do significado do conceito '*Júpiter*', pois, se digo agora a alguém '*Júpiter esbraveja aqui às 12 horas*', ele sabe o que esperar. Se ele se satisfaz as condições apropriadas (...), pode ter uma experiência que confirme ou refuta meu enunciado (CARNAP, 1973, p. 163).

Carnap dando uma formulação mais concisa a sua tese, que será usada para superar a Metafísica, introduz algumas definições. A primeira delas é de que a experiência fundamenta o enunciado, sempre que esse expressar o conteúdo daquela experiência. Outra definição introduzida por Carnap é de que um enunciado só é "*testável*" quando podemos indicar as condições em que ocorreria uma experiência que fundamente ou contradiz o enunciado. Carnap diz, também, que só podemos afirmar que um enunciado tem conteúdo fatural se, primeiro, considerarmos as experiências que fundamentam ou contradizem o enunciado como concebíveis e, segundo, se pudermos indicar suas características. Após introduzir duas definições, Carnap mostrará que se um enunciado é testável, é por que ele contém conteúdo fatural. Mas o contrário não acontece, isto é, um enunciado pode ter conteúdo fatural mas não pode ser testado. Carnap cita um exemplo esclarecedor.

O enunciado '*no outro quarto está numa mesa de três pernas*' é testável; pois ele pode indicar sob quais circunstâncias (indo até lá e olhando) ocorreria uma experiência perceptiva de tal tipo que fundamentaria o enunciado. Logo, esse enunciado possui conteúdo fatural. O enunciado '*existe uma certa cor vermelha cuja visão temo*' não é testável, pois não sabemos como encontrar uma experiência que fundamentaria esse enunciado. No entanto, este enunciado de conteúdo fatural, pois podemos pensar e descrever as características de uma experiência através da qual se fundamentaria esse enunciado. Essa experiência deveria conter a percepção visual de uma cor vermelha e ao mesmo

tempo o sentimento de temor com essa cor
(CANAP, 1973, p. 164).

Dando continuidade à formulação mais precisa de sua tese, Carnap critica o método dedutivo. Para ele, se pronunciarmos um enunciado, o nosso raciocínio transcende o seu conteúdo. Se dissermos, por exemplo, "*essa mesa é grande*", a consciência pode representar a mesa como redonda, velha, branca, enquanto o enunciado não menciona esses dados. Para Carnap, essas deduções, a partir de premissas dadas, como vimos, originam erros, pelo simples motivo de irem além dos fatos que constituem o conteúdo enunciado.

Encerramos aqui a exposição da tese fundamental de Rudolf Carnap, de que o significado de um enunciado reside no fato de que ele expresse um estado de coisas. Passaremos, agora, a mostrar como Carnap aplicará essa tese contra a Metafísica, despojando-a de sua capacidade epistemológica.

Antes de avançarmos ao próximo objetivo, é preciso apresentar a definição dada por ele às teses do Realismo e do Idealismo.

Carnap entende a tese do Realismo por meio de suas subteses. São elas:

1. As coisas físicas são percebidas que estão ao meu redor não são apenas o conteúdo de minha percepção, mas, além disso, existem em si mesmas (realidade do mundo exterior); 2. Os corpos das outras pessoas não só exibem reações perceptíveis similares àqueles do meu corpo, mas, além disso, essas outras pessoas possuem consciência (realidade heteropsicológica) (CARNAP, 1973, p. 167).

Já a tese do Idealismo, Carnap a entende por duas subteses:

1. O mundo exterior não é um si mesmo real, mas somente são reais as percepções ou representações dele (não-realidade do mundo exterior); 2. Somente meus próprios processos de consciência são reais; os chamados processos da consciência dos outros são simplesmente construções ou mesmo ficção (não-realidade heteropsicológica) (CARNAP, 1973, p. 167).

Não é do interesse de Carnap, após definir o que ele entende por Realismo e Idealismo, perguntar pela realidade dessas teses, mas perguntar-se se essas teses expressam algo de fato, isto é, se têm algum significado científico, ou são simplesmente pseudoenunciados.

Carnap começa citando um exemplo de dois geógrafos, um realista e outro idealista, que são enviados, para algum lugar na

África, com o objetivo de verificarem se uma montanha, que acreditava existir, existe realmente ou constitui uma lenda. Mas antes de continuarmos, é importante chamar a atenção para certos critérios, que existem tanto na Geografia como na Física, para o conceito de realidade. A realidade é chamada de "*realidade empírica*" e sempre conduz a resultados definitivos, não importando a posição filosófica dos investigadores. Daí Carnap afirmará que os dois geógrafos chegarão ao mesmo resultado sobre a existência da montanha. Para ele, há unanimidade em todas as questões empíricas. Os dois geógrafos concordaram, segundo Carnap, além da existência da montanha, nas outras características, como por exemplo, a posição, a forma, a altura, etc. Segundo Carnap, a discordância entre os geógrafos acontece quando eles deixam de falar como geógrafos e passam a falar como filósofos. O realista, segundo Carnap, dirá que "esta montanha que nós dois descobrimos, não só tem as propriedades geográficas afirmadas, mas é também, além disso, real" (CARNAP, 1973, p. 168). Já o geógrafo idealista dirá "ao contrário, a montanha em si não é real, somente nossas (ou no caso de linha solipsistas do idealismo: somente minhas) percepções e processos conscientes são reais" (CARNAP, 1973, p. 168). Esta divergência entre os dois geógrafos não ocorre, segundo Carnap, no domínio do empírico, pois, como dizemos anteriormente, há uma unanimidade completa e total dos fatos empíricos.

A crítica de Carnap dirige à Metafísica — e em particular ao realismo e idealismo — é que ela transcende sempre a experiência e, como consequência disso, não possui nenhum conteúdo fatural. Carnap ironiza dizendo que nenhum dos dois geógrafos, que se opõem enquanto falam como filósofos surgem que suas teses sejam testadas por alguns experimentos. Portanto, Carnap dirá que a Metafísica, por ultrapassar o domínio do empírico, carece de significado. As teses do Realismo e do Idealismo não são falsas para ele. Elas apenas não possuem significado e por isso não podemos colocar a questão de sua verdade e falsidade. Vimos, ao expor a tese fundamental de Carnap — de que somente os enunciados que contêm conteúdo fatural são significativos — e que há impossibilidade do discurso metafísico, pois a Metafísica trabalha com conceitos não empíricos da realidade, isto é, sem conteúdo fatural. Como resultado disso, ele acredita ter, por um lado, superado definitivamente a metafísica e, de outro lado, ter validado a ciência empírica como o único discurso coerente acerca do real, pois ela trabalha somente o conteúdo empírico.

Percebendo a contradição a que o princípio da verificação levava, Carnap adotou um princípio mais flexível: a confirmabilidade. Sobre isso ele diz:

Se por verificação se entende um estabelecimento definitivo e final da verdade, então, como veremos, nenhum

enunciado (sintético) é jamais verificável. Podemos somente confirmar, cada vez mais, uma sentença. Portanto, falaremos do problema da confirmação, ao invés de falar do problema da verificação (CARNAP, 1973, p. 177).

Segundo Carnap, não podemos nunca verificar, por exemplo, uma lei da Física ou da Química, mas podemos testá-las para aumentar a confirmação cada vez maior delas. Ele diz ainda:

Não podemos verificar a lei, mas podemos testá-la, testando suas instâncias particulares, isto é, as sentenças particulares que deduzimos da lei e de outras sentenças previamente estabelecidas. Se na série continua de tais experimentos de teste não se encontrar nenhuma instância negativa, mas o número de instâncias positivas aumentarem, então nossa confiança na lei aumentará passo a passo. Deste modo, ao invés de verificação, podemos falar aqui de confirmação gradativamente crescente da lei (CARNAP, 1973, p. 178).

Assim ao perceber a impossibilidade de verificação absoluta e, conseqüentemente, a contradição interna que o princípio conduz, Carnap se afasta do Círculo de Viena ao adotar o princípio da confirmabilidade. Esse princípio reforça ainda mais a crítica que Carnap faz à Metafísica e, com efeito, à Filosofia. Os enunciados da metafísica não possuem conteúdos fatuais e por esse motivo não podem ser testados. Assim, Carnap conclui que o discurso metafísico e todo discurso que ultrapassar o domínio empírico carecem de significado.

Essa tentativa de Rudolf Carnap de despojar a metafísica de sua capacidade epistemológica, mostrando que os seus enunciados não passam de "um aglomerado de sinais ou ruídos carentes de significado" (CARNAP, 1973, p. 165), terá continuidade em L. Wittgenstein, mas isso já é assunto para um outro artigo...

3. CONCLUSÃO

Vimos que um dos objetivos do Círculo de Viena era a eliminação da Metafísica do debate filosófico. Com isso, destacamos as críticas de Schlick e de Carnap, dois dos principais representantes do Círculo de Viena, dirigidos ao discurso metafísico. Para Schlick, as proposições metafísicas são carentes de sentidos, pois não podem ser verificadas junto ao dado. Por sua vez, Carnap afirma que os enunciados que não possuem conteúdo fatural são carentes de significado. Portanto, resta à Metafísica apenas o silêncio!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNAP, Rudolf. *Pseudoproblemas na Filosofia*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 149-175. (Coleção Os Pensadores).

CARNAP, Rudolf. *Testabilidade e Significado*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 177-225. (Coleção Os Pensadores).

COMTE, Auguste. Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

GARCIA MORENTE, Manuel. *Fundamentos de Filosofia*. 8ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1980.

HEGEL, G. H. W. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 39.

HUME, David. *Investigação a serviço do entendimento humano*. São Paulo: Abril, 1999.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MORAIS Filho, Evaristo. *Augusto Comte, Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. A crise da racionalidade moderna. Uma crise de esperança. In: *Síntese Nova Fase*, nº 45, v. XVII, jan/abr 1989, p. 13-34.

PEREIRA, Júlio César R. *Epistemologia e liberalismo*. Porto Alegre: PUCRS, 1993. (Coleção Filosofia).

POPPER, Karl R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1993.

POPPER, Karl R. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1972.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia*. Vol. III: *Do romantismo até nossos dias*. São Paulo: Paulinas, 1990 (Coleção Filosofia).

RIBEIRO Júnior, João. *Augusto Comte e o Positivismo*. Campinas: Edicamp, 2003.

SCHLICK, Moritz. *Positivismo e realismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: USP, 1968.